

Wes
Maia

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

11 DE ABRIL DE 2007

- PRESIDENTE** - JOSÉ LOPES SILVANO
- VEREADORES PRESENTES** - NUNO MANUEL MACEDO PINTO DE SOUSA
- ANTÓNIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO
- MARIA DA GRAÇA FARIA CALEJO PIRES
- MARIA GENTIL PONTES VAZ
- HERNÂNI FERNANDO RODRIGUES
- JOSÉ ASSUNÇÃO LOPES MAÇAIRA
- VEREADORES AUSENTES** - NENHUM
- SECRETARIOU** - LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA - DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
- HORA DE ABERTURA** - 09 HORAS
- ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** - APROVADA POR MAIORIA, COM 3 VOTO CONTRA DOS VEREADORES DO CDS/PP, e 4 VOTOS A FAVOR DOS VEREADORES DO PSD, TENDO SIDO DISPENSADA A SUA LEITURA, POR TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA AOS MEMBROS DO EXECUTIVO.
- OUTRAS PRESENÇAS** - ANTÓNIO MARIA DE CARVALHO - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE
- JORGE EDUARDO GUEDES MARQUES - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS
- MARIA ADELAIDE FERNANDES – DIRECTORA DO DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL (EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)
- LOCAL DA REUNIÃO** - PAÇOS DO CONCELHO - SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção:

“O Presidente da Câmara Municipal de Mirandela solicitou a adjudicação de um estudo de opinião, ao abrigo das suas competências próprias e da legislação em vigor.

Para que os senhores vereadores e os munícipes em geral conheçam os preceitos legais e as razões objectivas que levaram a este procedimento, vou enumerar os principais fundamentos que justificaram a aquisição deste estudo de opinião.

1 - É cada vez mais frequente as Câmaras Municipais lançarem mão de estudos de opinião que orientem a sua acção de acordo com os princípios da qualidade, da protecção da confiança, da comunicação eficaz e transparente e da gestão participada, tendo em vista garantir que as suas actividades se orientam para a satisfação das necessidades dos munícipes, bem como assegurar a audição dos mesmos como forma de melhorar ou alterar objectivos.

2 - Vai ser aprovado o relatório de Gestão e Contas do primeiro ano deste mandato (2005-2009). Embora já tenham decorrido 17 meses sobre a data da tomada de posse deste executivo, é o balanço do primeiro ano de mandato que se coloca à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, neste mês de Abril.

Interessa também saber qual a avaliação que os munícipes fazem deste ano de mandato e quais as prioridades e anseios que devem ser supridos ou mesmo alterados no futuro. Os munícipes têm sempre uma palavra a dizer sobre as prioridades a seguir.

3 - Basta ler as actas das reuniões de Câmara para perceber que existe por parte dos Vereadores do CDS/PP, que desempenham o papel de oposição a este executivo, uma atitude muito crítica em relação à actuação do Presidente da Câmara e mesmo em relação a algumas prioridades estabelecidas por este executivo para o mandato em curso. O exemplo mais significativo foi a declaração de voto sobre a construção de um hospital privado em Mirandela e a posição que a Câmara Municipal tomou em ser parceira de tal investimento.

Outro exemplo foi a posição do Senhor Vereador do CDS/PP, Dr. Hernâni Rodrigues, tomada na reunião de 31 de Janeiro de 2007, onde afirmou e registou em acta os seguintes comentários:

“Oíça os munícipes, porque eles lhe dirão o que realmente importa, nós sabemos que também está afastado da realidade prática”.

“Por isso é que as pessoas têm a ideia que o senhor não está próximo delas”.

Também o Sr. Vereador, Arq.º Nuno Sousa, produziu a seguinte declaração:

“Senhor Presidente, tanto uma posição como a outra são ambas válidas, se o Senhor Presidente quiser avançar com isso e os restantes vereadores também quiserem, pode-se avançar, julgo que não é pertinente nesta altura, poderá ser feito mais adiante”.

4 – Os procedimentos atribulados, levados a cabo pelo governo sobre a saúde no concelho e outras reorganizações de serviços públicos, bem como as várias posições tomadas por munícipes de diversas sensibilidades, colocaram a interrogação ao Presidente da Câmara sobre a continuidade ou a mudança do rumo a seguir nessas batalhas, e qual a melhor posição reivindicativa a ter. Basta lembrar que estiveram em causa o Hospital, a Direcção Regional de Agricultura, a P.S.P., o Ensino Superior, etc., e a influência decisiva que esta reorganização teria no futuro do concelho.

Assim, um estudo de opinião que permitisse colocar estas questões e ouvir os munícipes sobre estas e outras actividades pareceu-me adequado e de urgente realização.

Nestes termos, e depois de justificada a respectiva legalidade (através da elaboração de um parecer jurídico para o efeito), foi feito um contrato de prestação de serviços e ajuste directo à Empresa Eurosondagem-Estudos de Opinião, S.A., pelo valor de 1800,00€ + IVA e que indicou os seguintes resultados:

- Mais de três quartos de inquiridos (77,7%) consideraram a actuação do actual Presidente da Câmara, José Silvano, como tendo sido boa ou muito boa.

- Quanto às áreas de actuação da Câmara de maior prioridade, destaca-se a saúde com 42,9%, o emprego com 29%, as infra-estruturas com 10,4%, o ambiente com 9,9%, o planeamento urbanístico com 5,3% e outros com 2,5%.

- Quanto à tendência para a aceitação e a importância de um estabelecimento de saúde privado no concelho, mais de 3/5 dos entrevistados (61,3%) consideraram muito importante ou importante.

Os resultados traduzidos nesta sondagem são claros e inequívocos e compete aos munícipes tirarem as devidas ilações dos números bem como das palavras dos Vereadores da oposição sobre a actuação do Presidente da Câmara e dos objectivos traçados para o concelho.

Costuma dizer o nosso povo que contra factos não há argumentos. Os factos ficam volumosamente expressos nestes indicadores de opinião.

Convém referir, para terminar, que este é um estudo sério e rigoroso, feito por uma empresa idónea e independente, que trabalha para a grande Comunicação Social e com provas dadas em actos eleitorais nacionais e locais.

Tem uma ficha técnica elaborada e assinada por Rui Oliveira e Costa, responsável técnico da Eurosondagem, e foi realizada entre 26 e 28 de Fevereiro de 2007, onde foram efectuadas 921 entrevistas.

A atestar a sua idoneidade e controle e para posterior divulgação foi depositada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social, nos termos do art. 5º da lei sobre o regime jurídico da publicação e difusão de sondagens e inquéritos de opinião.

Poderá assim ser divulgada em qualquer altura na Comunicação Social. **Para que não restem quaisquer dúvidas sobre a transparência deste processo e toda a eventual crítica futura, vai ser distribuído a todos os senhores Vereadores da oposição, o estudo de opinião com a ficha técnica completa, a informação e despacho do Senhor Presidente para a respectiva aquisição e valor, bem como o parecer jurídico que lhe serviu de suporte.”**

----- Foi entregue aos Senhores Vereadores da oposição cópia do “estudo” e do parecer jurídico.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou se poderiam ter a base de dados em formato SPSS, para que pudéssemos fazer uma avaliação, pois, como deve saber as bases dados podem ser trabalhadas no sentido que nos pretendemos.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA respondeu que não sabe se a empresa pode fornecer os dados nesse documento, tem que se perguntar.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Que certamente na próxima reunião podemos debater isto com mais calma. É bom por um lado que se faça uma sondagem no sentido de orientar certas políticas governativas, agora no tocante à saúde, com excepção da futura participação da Câmara no hospital privado, pouco mais há a salientar em termos de participação da Autarquia nessa área. O Centro de Saúde continua como está, a Unidade Móvel de Saúde continua como está, isto é, há quase ano e meio que se aguarda.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Por isso mesmo é que 42,9% da população, considera esta prioridade importante.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Mas posso dizer-lhe desde já que consegui aí uma pechincha por 1.800€. Entrevistas a cerca de 1.000 participantes em situações de cara a cara ficam sempre na ordem dos 20.000€.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Fiz três durante a campanha eleitoral e paguei 2.200€ por cada uma, porque era campanha eleitoral e não falharam mais do que 0,03% em nenhuma altura.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Falharam, previam 4 (PSD), 2 (CDS/PP), 1 (PS) em termos de mandatos e ficou 4 (PSD), 3 (CDS/PP).

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Esta entrevista foi feita presencialmente?

----- O Senhor PRESIDENTE: Tem aí escrito, diz aí que foi pelo telefone para a rede fixa entre as 19h e as 22h, tem aí a ficha técnica, senão ninguém a podia registar na alta autoridade para a comunicação social.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01 – Órgãos da Autarquia – Informação do Senhor Presidente.

----- O Senhor PRESIDENTE informou que hoje na Escola de Música das 18h às 19h decorre a sessão do “Portugal em Directo” da RTP, quem quiser acompanhar e ver a Escola de Música a essa hora na televisão ou estar por lá, pode fazê-lo.

Dia 13 há o teatro no auditório, já receberam os convites, dia 14 actuação do Rancho de S. Tiago no auditório, dia 16 há uma manifestação feita pela PSP e pela Câmara de Mirandela, dirigida quer à população, quer às escolas para a sensibilização de segurança em que a PSP vai trazer o corpo de intervenção do Porto, mais o grupo dos cães, mais o grupo de intervenções rápidas, vai fazer uma manifestação no Parque Dr. José Gama às 10h, para essas situações todas.

Dia 18 é a posse da nova equipa da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela às 11h no auditório municipal. Temos que antecipar a reunião de Câmara para dia 24 porque dia 25 é feriado nacional e 26 é a Assembleia Municipal e 27 é a inauguração da Ribeira de Carvalhais.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou se vai ser feita a inauguração da obra como está, em relação aos postes de meia tensão e restantes trabalhos que faltam.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que os trabalhos que faltam sem ser a electricidade estarão prontos no dia 27, segundo o empreiteiro, a média tensão isso é que não sei porque não depende de nós mas sim da EDP.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação ao assunto da Ribeira de Carvalhais que estávamos a discutir a obra já foi recepcionada.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que não.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Esse documento que têm em cima da mesa, foi a única proposta que chegou da ARSN para o protocolo a estabelecer ou não com o Senhor Ministro na sexta-feira sobre a questão da saúde. Para amanhã está marcada uma reunião da Comissão de Acompanhamento para a Saúde, às 18h30m marcada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, convém cada um já ter dado uma vista de olhos e analisado.

01/01 – Aprovação da Acta de 28 de Março.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA apresentou a seguinte declaração de voto dos vereadores do CDS/PP:

“A actual versão da acta da reunião camarária de 28.03.07, disponibilizada para votação encontra-se omissa, positivamente, em várias intervenções efectuadas pelo Executivo do PSD em resposta às questões suscitadas pela Vereação do CDS/PP, bem como em intervenções da Vereação da Oposição.

Relativamente ao assunto agendado como “*Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial*”, consideramos omissas as seguintes intervenções:

1 – O Sr. Vereador Dr. Hernâni Rodrigues questionou a falta de assinaturas dos membros da Comissão de Análise na acta da Comissão de Análise de 23.02.2007, disponibilizada à Vereação da Oposição, como documento da Ordem de Trabalhos à Reunião Camarária de 28.03.2007.

2 – Na continuidade da discussão, o Sr. Vereador Arq. Nuno de Sousa pediu ao Sr. Presidente que confirmasse a autenticidade da fotocópia dessa acta da reunião, através da sua assinatura e selo branco. Não houve por parte do Sr. Presidente essa intenção, existindo, pelo Sr. Vereador Eng. Branco, ataques pessoais aos Vereadores do CDS/PP, referindo estes como “*intelectualmente desonestos*” entre vários comentários derogatórios. Tais intervenções foram deliberadamente omitidas.

3 – Foi omitida a seguinte intervenção do Sr. Vereador Arq. Nuno de Sousa: o facto de eu ter pedido ao Sr. Presidente a autenticação desse documento, não é para por em causa a reunião. É-me irrelevante se a mesma teve lugar ou não, neste caso terá havido. Eu quero que todos os presentes percebam que as fotocópias entregues à Vereação do CDS/PP foram legitimamente disponibilizadas pela Câmara Municipal, para que depois não venham dizer, que teríamos sido nós a inventar, dado que elas não estão assinadas. Agora já sei que o original está assinado.

4 – Ficaram omissas as seguintes intervenções do Sr. Vereador Eng. Branco, referindo designadamente:

- que continuava a decorrer o processo do Sr. Israel dos Santos Teixeira, quando interpelado pela Sra. Vereadora Dra. Graça Calejo Pires;
- aquando da deliberação camarária, foi dado um prazo às candidaturas para apresentarem um processo de licenciamento e que apenas o Sr. José Fernando Sequeira Rodrigues e Sr. Paulo Esteves entregaram tais processos, referindo ainda, que para os restantes candidatos que não tinham a sua situação regularizada mantinham-se os mesmos princípios.

5 – Após a decisão do Sr. Presidente de mandar retirar o assunto em causa, foi suprimida da acta desta reunião camarária, a intervenção do Sr. Presidente informando o Executivo Camarário de que o Sr. Vereador Eng. Branco traria à reunião seguinte uma proposta sobre esta matéria.

Pelas razões expostas, a Vereação do CDS/PP vota contra a aprovação desta acta.”

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Perante esta sondagem o Senhor Presidente não vai ter mais receio de omitir actas.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que tem um consultor jurídico e que não é economista que quando um ponto é retirado da reunião de Câmara não deve constar exactamente nada nesse ponto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos contra dos membros do CDS/PP e 4 votos a favor dos membros do PSD aprovar a acta da reunião do passado dia 28 de Março.

01/02 - Informação Financeira.

Em cumprimento de Deliberação do Executivo de 18 de Janeiro de 2006 sob Proposta do Senhor Vereador Arq.º Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, considerando que o intuito manifestado é o conhecimento actual da Dívida da Câmara Municipal, cumpre-nos informar do seguinte:

1.º Saldo transitado em tesouraria de 2005 e utilizado em pagamentos 2006.....	375.589,11€
2.º Valor acumulado de receita cobrada desde 1 de Janeiro a 30 de Março.....	3.510.148,22€
3.º Total de despesa paga desde 1 de Janeiro a 30 de Março.....	3.725.278,12€
4.º Saldo da Tesouraria em 30 de Março.....	160.459,21€
5.º Valor em dívida a Instituições Bancárias a 30 de Março.....	7.522.607,97€
6.º Valor acumulado da dívida a empreiteiros e fornecedores em 30 de Março.....	6.120.764,88€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/03 – Próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal:

----- O Senhor Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, autorizada a intervir, deu conhecimento da comunicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é do seguinte teor:

“Como Presidente da Assembleia Municipal, solicito a V.ª Ex.ª a amabilidade de, em meu nome, dar conhecimento da convocatória da próxima sessão da Assembleia Municipal, que se anexa, a todos os Senhores Vereadores, em reunião do Executivo.

Os melhores cumprimentos.”

----- A Convocatória da reunião ordinária é do seguinte teor:

JOSÉ MANUEL LEMOS PAVÃO, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA:

Torna público que, em cumprimento do disposto no número três do artigo 84.º da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, terá lugar no dia **26 de Abril (Quinta-Feira), a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela**, com início às 09h30, no Auditório Municipal de Mirandela, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão Ordinária de 16 de Fevereiro de 2007.

2 - PÚBLICO – 1.º Período de intervenção.

3 - Período de Antes da Ordem do Dia.

4 - Período da Ordem do Dia:

4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto Lei n.º169/99 de 18 de Setembro.

4.2- Prestação de Conta de Gerência de 2006 – CMM.

4.3- Relatório e Conta de Gerência de 2006 – SMA.

4.4- Inventário do Município – 2006.

4.5- 1.ª Revisão Orçamental para 2007.

4.6- Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana – Contratação de Empréstimo Bancário a longo prazo.

4.7- Proposta a apresentar a participação do Município na Sociedade Anónima “Hospital Terra Quente, SA.”

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

6 - PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

Mais torna público que a mesma Agenda de Trabalhos com a respectiva documentação poderá **ser consultada**, nos termos e para os efeitos definidos na Lei, **em qualquer dia útil, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30 no Sector de Apoio da Assembleia Municipal, no edifício da Câmara Municipal.**

Com os melhores cumprimentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2006 - CMM.

----- Foram presentes os documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2006 que se dão por reproduzidos:

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: que da previsão corrigida de receitas de capital 24.476.000€ conseguiu-se 36% disso, portanto 8.945.000€, em termos de vendas de bens e investimentos previa-se 2.989.250€ e apenas foi conseguido 111.754€ e relativamente à comparticipação de fundos comunitários houve uma percentagem de 6,2% da previsão de 13.960.000€, portanto 859.883,10€, isto só numa primeira abordagem destes valores sobre a receita.

Relativamente à despesa que inicialmente se previa 11.913.210€ depois das várias modificações, 10 julgo eu, foram corrigidas para 14.081.852€, dessas dotações estando pagas apenas 11.646.212€, portanto, houve uma execução de 82,73%. Em

*Wp
m...*

relação às despesas de capital, eu gostaria de saber, que no fundo são os investimentos da Autarquia, apenas se obteve 37,6% dessa execução, pretendia saber por parte do Senhor Presidente porque é que em relação à previsão na rubrica de Parques e Jardins de 2.664.000€, apenas tenha sido executado 22,27%, isto é, 459.575,31€. Houve alguma razão em relação a isso, Senhor Presidente?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Isso está tudo explicado no Relatório. O Senhor Vereador pode fazer a sua intervenção.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Isto é para lançar aqui algumas questões, mas já vi que não está com vontade de responder.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso tudo já está perfeitamente explicado. Já expliquei nesse “livro tão grande”!

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Porque é que em relação ao ponto 8.2.12, na página 45, quando se referem às imobilizações corpóreas em que faz designação do Snack-Bar do Parque Império do valor inicial e do valor actual do Quiosque da Avenida 25 de Abril e o Quiosque com abrigos sanitários, pretendia saber porque é que não consta aqui o Restaurante “Flor de Sal” e o café da Central de Camionagem, portanto, a concessão desses dois espaços de bebidas e restauração?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Porque o inventário ainda não está totalmente actualizado. E, nestes casos precisa de haver a passagem do domínio público para o domínio privado. É um processo que se vai actualizando, ainda há poucos anos não havia inventário.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Não me parece que seja essa a resposta.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: É normal que depois de tantos anos não estejamos na “Idade da Pedra”!

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Já são anos a mais, é verdade!

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Quanto ao mapa da relação de contratos de empreitadas, fornecimentos, concessão e outros, deduzo que esta data que está aqui colocada é a data de adjudicação, só diz “data”, alguém me pode esclarecer? É essa? E este valor que está aqui também é adjudicação, na página 71. Não deveria constar aqui também o prazo do contrato, isto é, da empreitada? Eu pergunto isto porque temos aqui a data do primeiro pagamento, temos trabalhos normais, a mais, entre outros.

----- A Senhora Directora do Departamento Sócio Cultural Dr.ª Adelaide Fernandes referiu que o quadro é o modelo que está no Pocal.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Isso é irrelevante para os empreiteiros.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: É irrelevante para eles a duração do contrato, se há prazos a mais, se há prazos a menos?

Na página 108, existe um quadro comparativo da evolução da execução da receita e da despesa, receitas correntes, receitas de capital, despesas correntes e despesas de capital. Acontece que é um quadro comparativo de tri-anos de 91 a 94, 95 a 98, 99 a 2002 e 2003 a 2006. Uma vez que isto é um relatório de gestão de 2006, eu não consigo encontrar nada em termos gráficos que me identifique estas evoluções, quer em receitas quer em despesas somente a 2006. Existe sim um quadro com números, mas nada que me possa esclarecer rapidamente e em termos gráficos essa mesma informação.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Está aí em termos gráficos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Não está, aqui está um tri-ano e eu pretendo saber somente em relação a 2006.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Esta aí no gráfico, faltam-lhe é os números.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Dentro desta barra gráfica, eventualmente podia estar subdividida em relação a 2003, 2004, 2005 e 2006. Isto para um relatório de gestão é interessante ter essa informação mas não é o objectivo deste documento. A mesma coisa acontece na página seguinte em relação à evolução do investimento realizado, difícil de comparar nestes quadros o que foi executado em 2006, mesmo que quiséssemos comparar com outros anos, não é possível.

Em relação aos órgãos da autarquia, teria sido importante incluir no gráfico, em que diz que em 2006 houve 276 deliberações em 26 reuniões, também era interessante incluir nesse mesmo gráfico, o número de deliberações revogadas, o número de propostas aprovadas, o número de propostas não executadas, o número de requerimentos da oposição, o número de requerimentos da oposição respondidos e não respondidos, em termos estatísticos dava-lhe outra qualidade. Já que até andamos com sondagens e estatísticas, era um perfeito enquadramento no tocante aos órgãos da autarquia, de todo o trabalho que é feito nestas reuniões.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É uma sugestão.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: É uma sugestão para uma próxima, exactamente. E a minha eu não lhe cobro nada.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas se as sugestões não tiverem já intervenções escritas para as declarações de voto, vale a pena responder a elas se não, não vale. Aliás não sei para que é que estão a ser feitas, quando a declaração de voto já vem escrita, eu não percebo.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Tudo o que está a ser dito aqui, que fique em acta porque não está na declaração de voto.

Lamento aqui, deve ter sido por lapso, provavelmente, e digo provavelmente, que na página 135, na discriminação de todos os livros apresentados pela Autarquia, aparecem efectivamente os autores, com a excepção de um livro, “Portugal 30 Anos de Democracia”, em que os vários autores não aparecem, mas isso deve ter sido um lapso.

Em relação à Agenda Municipal, todos nós já sabemos que é mais um boletim de propaganda política do que propriamente algo de interesse público, aliás, deixamos a sugestão recentemente que relativamente às obras apresentadas nessa mesma Agenda pudessem discriminar quem era o dono da obra, o valor do contrato, o prazo, a autoria, etc, mas tudo isso foram sugestões que foram “levadas pelo vento”.

Quanto à Carta Educativa também se refere aqui é verdade ela foi feita em 2006, com algumas incorrecções, algumas graves, mas foi feita. Foi um dos trabalhos executados, continuamos a questionar o que é que está a ser feito relativamente aos centros escolares, como é que estão projectos a ser efectuados. Sabemos que o Senhor Presidente quer atirar a responsabilidade para a DREN, mas na nossa opinião e na opinião da legislação afecta às Cartas Educativas não é essa a indicação que nos é dada e que é sim da responsabilidade da Câmara estruturar e avançar com as propostas desses mesmos centros escolares.

Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia julgo que era interessante haver um gráfico a comparar a evolução dessas transferências nos vários anos.

Quanto ao projecto “Terra Olea”, pergunto ao Senhor Presidente se irá dar seguimento ao projecto mesmo depois de findo o seu financiamento a 31 de Maio de 2007?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que ainda não tinham definido isso (projecto “Terra Olea”), no projecto não se dá seguimento porque acaba, aos objectivos do projecto temos intenção de dar continuidade e até de nos candidarmos a novos fundos comunitários nessa área, agora até lá não sei mais coisas concretas.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação à prática desportiva, diz aqui que ficou muito beneficiada com inúmeras intervenções em equipamentos desportivos que aumentaram a sua funcionalidade e bem estar dos atletas. Pretendo saber quais foram, para além, de colocação de lâmpadas e arranjos do aquecimento do pavilhão do Inatel.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Foram vários, foi o Cachão que teve uma nova intervenção de fundo, foi alguns poli-desportivos que foram construídos e que estão a ser concluídos, foram várias infraestruturas.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou se esses poli-desportivos ressaltam o de Cabanelas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Pereira, Cabanelas, Avidagos, Navalho são vários.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Não percebi a relevância do quadro de investimentos por mandato.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que é simples, é o que se investiu por cada mandato.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: E vamos comparar isso com 2006? Isto não é um relatório de contas de mandato.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O Relatório de Contas tem duas finalidades. O Tribunal de Contas avalia a legalidade e a finalidade dos documentos de acordo com as regras da Contabilidade Pública. A Câmara Municipal analisa o documento de uma forma política e por isso é lícito cada um fazer a sua interpretação.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Um Relatório de Actividades deve ser, objectivo e comparativo, mas comparar coisas avulsas também não vai lá. Este quadro que é referido como a evolução dos fundos comunitários, contratos programa, acho que é um quadro de comparação com anos anteriores e é um quadro que reflecte realmente o que é que foi executado em 2006, em 2005, em 2004 e até 1990 inclusive. Portanto, pode-se ver que, de 2004 até 2006, embora não estejam aqui os valores indicados, podemos dizer que a barra desceu para menos de metade, a barra do somatório dos fundos comunitários e contratos programa. Podemos também ver num quadro seguinte da evolução da dívida a triste realidade do aumento da dívida a curto prazo, também de um aumento da dívida a longo prazo com um saldo de tesouraria baixo.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se o Senhor Vereador interpretar os nossos mapas percebe que a dívida é relativa. Se a Câmara tiver uma dívida de 1.000 contos em 100.000 contos de orçamento é uma coisa, se tiver um milhão em cinco milhões de contos de orçamento é outra coisa.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Foram apenas algumas sugestões algumas questões que foram levantadas mas que não houve resposta se quiserem proceder à votação, depois farei a declaração de voto.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu só queria fazer aqui uma pergunta ao Dr. Silvano, para quem se alega de um bom Presidente de Câmara, só lhe perguntava porquê o grau de execução nas despesas de capital aqui de 37%.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Já expliquei várias vezes que há algumas despesas classificadas de correntes que eu considero de capital e portanto sobre este assunto temos perspectivas diversas.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Como por exemplo?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Várias, na educação para mim é um investimento forte nas crianças, é um investimento forte nas famílias e são todas despesas correntes. Cada vez que há funções que passam para a Câmara Municipal na área social passam para despesas correntes acho que são autênticas despesas de investimento. Despesas de Capital só aparecem as que são realizadas em obras e eu acho que às vezes é mais investimento noutras matérias até nas pessoas do que nas obras, essa é uma opinião divergente.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Mas em termos financeiros, essas questões também estão salvaguardadas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra dos membros do CDS/PP:

1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2006 da Câmara Municipal;

2 – Submeter os referidos documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

----- Os Senhores Vereadores do CDS/PP fizeram a seguinte declaração de voto:

“O relatório de Prestação de Contas de 2006, submetido à apreciação do Executivo, reflecte os resultados da actividade municipal no ano de 2006 e mas também demonstra a forma como foram aplicados os vários meios financeiros colocados à disposição do Município, durante esse período.

Assim, importa referir que a análise deste documento tem que ser articulada com a proposta de Orçamento e PPI para 2006, onde encontramos os objectivos propostos e os que foram efectivamente realizados por este Executivo.

Desde logo podemos constatar, através do Mapa de Controlo da Despesa, que o Orçamento previa um investimento capital de **23.853.807,00€** e que na realidade apenas foi conseguida o modesto valor de **8.676.473,85€** o que corresponde a um grau de execução de **apenas 37,36%**. Contrariamente ao que este relatório procura evidenciar, é sintomático que se prometeu muito e se realizou pouco.

Mas, por outro lado, podemos constatar que as despesas correntes (pagas) atingiram o valor de **11.649.212,63€** que correspondem a uma elevada taxa de **82,73%**.

Importa ainda referir que o **Orçamento de 2006 sofreu 10 modificações orçamentais** efectuadas ao longo de um ano de pouca execução financeira, subindo de uma dotação inicial para despesas correntes de **11.913.210,00€** para **14.081.852,13€**.

Ao contrário do que se pretende para o investimento, que se desejava elevado, as despesas de funcionamento (correntes) alcançaram percentagens inaceitáveis em qualquer gestão responsável, que traduzem bem o desregramento e a delapidação dos recursos financeiros da Autarquia.

Contrariamente às justificações incoerentes do Sr. Presidente, nomeadamente que os fornecedores “...podem esperar pelos financiamentos das obras e que na sua adjudicação/construção já sabiam das premissas temporais do financiamento...”, o elevadíssimo montante da dívida a curto prazo é simplesmente escandaloso e prejudica a imagem séria e credível que a Autarquia deve ter junto de empreiteiros e fornecedores, retirando-lhe a autoridade que deve assumir nas suas relações contratuais com esses credores. Se o atraso médio de pagamento de dívidas ronda os 6 meses, devemos informar o Sr. Presidente, que existem trabalhadores e sub-empreiteiros que dependem dos pagamentos atempados da Câmara Municipal ao Empreiteiro adjudicado.

Questionamos ainda, porque razão é que a execução financeira de muitas das obras que a Autarquia tem por concluir continua reduzida, considerando que os prazos de execução das mesmas concluíram a muito. Estarão os autos efectivamente a ser pagos dentro dos prazos que advoga, já por si escandalosos?

Sem necessidade de uma apreciação mais pormenorizada, que tornaria demasiado extensa esta declaração de voto, justifica-se, no entanto, uma reflexão séria sobre alguns números e indicadores mais expressivos que constam da Conta de Gerência:

Receitas de Capital				
Código	Designação da Receita	Previsão (€)	Realizado (€)	Percentagem (%)
09	Venda de bens e serviços	2 989 250,88	111.754,82	3,7%
10030199	Outros	743.279,90	99.281,54	13,4%
100307	Comparticipação Comunitária	13 960 000,00	859.883,10	6,2%
100308	Instituto Nacional de Habitação	1.000.000,00	0,0	0,0%

A análise destes elementos, só por si, retiram qualquer credibilidade à gestão deste Executivo:

- O Sr. Presidente não soube negociar com o Governo ou melhor, **não teve força política** para conseguir contratos-programa para os investimentos;
- Não teve imaginação nem iniciativa para candidatar e fazer aprovar projectos a financiar pelos fundos comunitários.
- Pretendeu arrecadar receita “vendendo” aquilo que a Câmara não tem;

h
l

Todavia, a forma como é apresentado este documento também merece alguns comentários:

A repetição de vários mapas com a mesma informação, torna-o confuso, bem como informação sobre a Despesa e a Receita diluída em triénios, comparados com períodos iguais de outros mandatos. **Talvez exista alguma razão subjectiva que o justifique, certamente para camuflar dados que deveriam ser apresentados ao conhecimento público**, de forma explícita tais como:

- As elevadas despesas com o Pessoal, o critério das admissões e a justificação para o crescimento dos efectivos da Autarquia;
- A atribuição arbitrária de subsídios a instituições, cujos dirigentes se perfilaram em cartazes de campanha eleitoral do Dr. Silvano;
- As substanciais despesas com publicidade e outras actividades de promoção pessoal do Executivo em permanência; No entanto, algumas conclusões se podem lamentavelmente tirar:
- **O investimento continua reduzido**, relativamente às previsões e promessas eleitorais;
- **As participações de fundos comunitários continuam baixas**, o que revela bem a falta de imaginação e iniciativa do Executivo em permanência;
- As despesas de funcionamento, as admissões de pessoal entre outros, continuam a aumentar e a absorver a maior fatia do Orçamento;
- A cidade continua a perder a qualidade que fez dela uma referencia nacional, as obras emblemáticas estão paradas, os espaços verdes existentes estão desmazelados e as ruas menos limpas, sobretudo nos bairros periféricos e nas entradas da cidade, existindo mesmo situações de saneamento a céu aberto.

É mais um ano que passa, sob a gerência do Dr. Silvano, e também é mais um ano de adiamento das suas promessas do mandato anterior e que prometeu para este mandato, das quais destacamos **as mais divulgadas**:

1. O Complexo Desportivo; **Em que situação se encontra?**
2. Construção do Museu da Oliveira e do Azeite – anunciado em conferência de imprensa que entraria em funcionamento ainda em 2005; **PARADO, Por cumprir.**
3. Construção das 100 Habitações Sociais; **Em que situação se encontra?**
4. Requalificação urbanística do Santuário de N.ª Sr.ª do Amparo; **Por cumprir.**
5. Acesso Oeste ao IP4; **Por cumprir.**
6. Pólo tecnológico; **Por cumprir.**
7. Requalificação Urbanística e Paisagística da Entrada e acesso ao Cemitério de Golfeiras; **Por cumprir.**
8. Reparação e remodelação do Palácio dos Távoras; **Por cumprir.**
9. Construção do Pavilhão Desportivo; **Por cumprir.**
10. Edificação da Pista de Atletismo Simplificada; **Por cumprir.**
11. Polidesportivos na Cidade de Mirandela; **Por cumprir.**
12. Edificação da Casa da Musica de Mirandela; **Por cumprir.**
13. Desenvolvimento do novo sistema de informação e promoção turística; **Em que situação se encontra?**
14. Levantamento da Carta Arqueológica do Concelho; **Em que situação se encontra?**
15. Levantamento do Instituto de Altos Estudos Concelhios; **Em que situação se encontra?**
16. Festival Internacional de Jardins – anunciado para o Verão de 2005; **Em que situação se encontra?**

Contrariando a lógica, terminamos a análise deste relatório de actividades de 2006, com uma referência à introdução do mesmo: é inaceitável que se pretenda justificar o fracasso desta gestão com a contenção de despesas do Estado ou com comparações com anos fictícios de “*execução orçamental de 12,5 milhões de euros*”, quando no mesmo relatório se constata que as receitas correntes continuam a registar níveis elevados, não por mérito do Executivo, mas fruto da política fiscal do Governo e da afectação de receitas às autarquias. O decréscimo que se verifica nas Receitas de Capital, não é culpa do Governo mas, como já foi referido, é o resultado da falta de imaginação e iniciativa do Executivo em permanência, que não soube apresentar projectos participáveis. Importa lembrar que a **previsão de Fundos Comunitários e Outros era de 13.960.000,00€ e 743.279,90€ e só foram recebidos 859.883,10€ (muito inferior a 2005) e 99.281,54€, o que representa apenas 6,2% e 13,4% respectivamente.**

A verdadeira “crise” que afecta esta gestão, é que se continua a gastar muito onde se deveria poupar (despesas correntes) e se gasta pouco onde se deveria ter investido muito (despesas de capital). Aliás, tem vindo a ser uma “crise” repetitiva, na gestão do Sr. Presidente.

Pelas **razões expostas, os Vereadores do CDS-PP votam contra este relatório de Contas e por isso não o subscrevem.**

Comunique-se ainda a todos os Deputados Municipais o teor desta Declaração de Voto antes da próxima reunião da Assembleia Municipal.”

03 - Relatório e Conta de Gerência de 2006 – SMA.

----- Foi presente o ofício 142 de 22/03/2007, referente à informação 10/SMA de 20/03/2007 a anexar ao Relatório e Contas de Gerência e a correspondente deliberação que é do seguinte teor:

DELIBERAÇÃO – O Conselho de Administração dos S.M.Água, depois de devidamente analisados, o Relatório, o Balanço e as Contas do Exercício de 2006, deliberou por unanimidade:

- a) Aprovar a conta de Gerência relativa ao ano de 2006, bem como o Relatório.
- b) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal através da Câmara Municipal.

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar o Relatório e Conta de Gerência dos SMA relativo ao ano de 2006;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

04 - Inventário da Autarquia – 2006.

----- Foi presente, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o documento de Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação, do Município/2006, à data de 31 de Dezembro e que, para todos os efeitos, aqui se dá por integralmente transcrito.

Tendo em conta o disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 53º e alínea e) do n.º 2 do art.º 64º, ambos da referida Lei, torna-se necessário proceder à respectiva votação.

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções dos membros do CDS/PP e 4 votos a favor dos membros do PSD:

1 – Aprovar o Inventário da Autarquia de 2006;

2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

05 - Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental para 2007.

----- Foi presente a 1ª Revisão Orçamental para 2007 (a que corresponde a 2ª Modificação ao Orçamento) com o seguinte teor:

“Em cumprimento do Ponto 8.3.1.4. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), em vigor desde 01 de Janeiro de 2002, submete-se para aprovação a 1.ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inclusão, no Orçamento da Receita, do Saldo apurado na Gerência de 2006 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos, uma vez que ambas as situações implicam um aumento global da receita. A inclusão da rubrica Reposição não Abatidas nos Pagamentos deve-se à necessidade de registar devoluções de pagamentos efectuados na gerência anterior.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Inclui aqui 50.000€ para o posto de turismo, vai ser feito algum posto de turismo?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Esta revisão é apenas para aplicação dos fundos financeiros da gestão anterior. É obrigatório por lei proceder a esta formalidade. Isto demonstra que quando as pessoas querem votar contra não interessa as justificações.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Mas quem é que votou contra?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Ou abstiveram-se é a mesma coisa. Referindo-se ao Senhor Vereador Dr. Hernâni disse: “para si que é Economista abster-se numa revisão que é obrigatória por lei para um documento ser legal, é notável”.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Temos é que perceber os princípios.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É obrigatório é notável, este princípio é notável. Mas em relação ao Posto de Turismo nós temos lá dinheiro porque vamos começar a executar e a fazer o novo Posto de Turismo que já está em curso.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou onde será?

----- O Senhor Vereador ANTÓNIO BRANCO disse: Nas antigas instalações da CP.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas então não era para ser ali no edifício da PSP.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas podemos fazer vários, quando sair a PSP podemos fazer um grande ali, na parte histórica da cidade.

Isso é como as declarações de voto das obras em 2009 deve haver aí algumas que já estão fora das que dizem que ainda não estão executadas mas a data só termina nessa altura é uma questão de esperar.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: No relatório de 2007 não deverão constar muitas que terminam agora.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso é o normal se daqui até 2009 todas essas estivessem concluídas que estávamos cá nós a fazer.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Vou dar-lhe uma indicação para ter alguma eficácia na sua gestão, poderia partir deste princípio.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Pode dizer o que quiser sobre a eficácia na minha gestão, porque os seus conselhos não a vão alterar.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas isso é a sua opinião, de algum técnico qualificado seria outra neste sentido.

WJ
lyair

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Técnicos qualificados já tenho muitos. Já me chegam.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Já chegamos à conclusão que a PSP vai ficar em Mirandela e muito bem, congratulamo-nos com isso, sabemos que em termos de imagem pública não são as melhores as suas instalações e de maneira faria todo o sentido poder aumentar o poder negocial perante a tutela no sentido de finalmente construir o quartel.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O Senhor nem sabe o que está a ser feito nesse domínio.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Mas eu não sei o Senhor também não diz, partimos do vazio.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: A mensagem política tem que ser eficaz.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Nesse sentido aumentaria o seu poder negocial ou o reforço junto da tutela no sentido de finalmente construir o quartel e nesse sentido passaria a fazer obras na esquadra ou definitivamente ficar o Posto de Turismo e não se andaria a gastar dinheiro duas vezes para fazer a mesma coisa que nunca é definitiva.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu respeito, que no futuro Mirandela deva ter um grande Posto de Turismo, acho que deve ter um grande central, e depois vários pequenos Postos de Turismo espalhados pelos diversos sítios da cidade

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Coincidimos com a nossa análise, porque eu também acho que o turismo deve ser o grande ponto estratégico.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Eu sei que o Senhor Presidente tem estado em conversação com o Ministério da Administração Interna, mas está alguma coisa na mesa em relação à PSP?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: A única coisa que está na mesa é que no ano de 2008 a PSP tem que ter novas instalações.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Qual é a percentagem de comparticipação, é o ministério que vai suportar isso.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: A responsabilidade das instalações da PSP e da GNR são exclusivamente do Ministério da Administração Interna, o que se pode ou não acordar é quem leva a cabo a execução da obra que tanto pode ser o Ministério como a Câmara através de protocolo. A questão que está a ser colocada no gabinete que elabora estes projectos (GEPI) é a reorganização das polícias e qual o dimensionamento para as próxima esquadras. Se se deve seguir um modelo apenas adequado ao número de efectivos ou um edifício que valorize também o território.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Certamente o Senhor Presidente já deve ter em mente um local para a instalação do quartel.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Tenho vários locais para lhe apresentar como alternativa, uns da Câmara outros que se podiam comprar, neste momento é de todo especulativo dizer quais são, a PSP tem que ficar no centro de Mirandela isso é ponto assente por parte do governo. Estava a pensar no loteamento da Quimigal porque ainda tem lá muita parte particular que se pode comprar, na parte dos terrenos que são da CP que pertencem à Câmara Municipal depende do que ali surgir, estava a pensar na própria reformulação da Reginorde.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: por isso é que eu já tive oportunidade de presenciar o carro de segurança privado, junto à fábrica da PAVIMIR e não sabia que a Ponte da Formigosa insere-se nos limites da cidade? Já o vi várias vezes pela cidade à meia-noite, agora na Ponte da Formigosa à meia-noite...

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 abstenções dos membros do CDS/PP:

1 – Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita do Saldo apurado na Gerência de 2006 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos de 2007;

2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

06 - Projecto de Protocolo entre o Instituto de Segurança Social, I.P. e o Município de Mirandela.

----- Foi presente um projecto de protocolo entre o Instituto de Segurança Social, I.P. e o Município de Mirandela, que a seguir se transcreve:

**“Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
Projecto de Protocolo entre o Instituto de Segurança Social, I.P. e o Município de ...**

Entre

O Primeiro Outorgante:

Wes
Luis

a) Instituto de Segurança Social, I.P., pessoa colectiva n.º, sito na Rua Rosa Araújo, n.º 43, Lisboa, neste acto representado pelo Presidente do Conselho Directivo, Dr. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho, adiante designado por ISS, I.P.;

E

O Segundo Outorgante:

b) Município de, pessoa colectiva n.º, sito na, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr.

É celebrado, no âmbito do Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas, o presente protocolo que se rege pelas seguintes clausulas:

Cláusula 1º

Finalidade

O presente protocolo define os termos e as condições em que há lugar à qualificação habitacional nos termos do Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI), criado através do Despacho n.º, de de 2007.

Cláusula 2º

(Âmbito Territorial de Aplicação)

O presente protocolo aplica-se exclusivamente no concelho de

Cláusula 3º

(Qualificação Habitacional)

1 - A qualificação habitacional traduz-se numa intervenção a realizar ao nível do edificado e ao nível do equipamento que, em função da situação da pessoa idosa, se torne indispensável à sua mobilidade e conforto.

2 - Para efeitos da qualificação habitacional, a intervenção ao nível do edificado abrange:

- a) Melhoramentos na cobertura, paredes e caixilharia;
- b) Criação de espaços funcionais, nomeadamente instalações sanitárias e cozinha, e ou adaptações no espaço funcional;
- c) Melhoramentos e ou adaptações inerentes ao espaço habitacional, nomeadamente lavatórios, sanitas, banheiras e bases de duche;
- d) Adaptações que facilitem a acessibilidade à habitação, nomeadamente a construção de rampas.

3 - Para efeitos da qualificação habitacional, a intervenção ao nível do equipamento reporta à aquisição, nomeadamente de cama, colchão, mesas, cadeiras, fogão, frigorífico, esquentador, maquina de lavar roupa, aspirador e, ainda, ventoinhas, aquecedores e televisão.

4 - Pode em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, o ISS, I.P. aprovar intervenções ao nível do edificado que não estejam previstos no n.º 2 da presente clausula.

Cláusula 4º

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante obriga-se a:

- a) Emitir parecer, após visita domiciliária a realizar com o Segundo Outorgante, sobre a situação económica e social da pessoa idosa e identificar as necessidades ao nível do equipamento;
- b) Suportar os encargos com os materiais necessários à intervenção no edificado e com os equipamentos referidos na Cláusula anterior, mediante apresentação dos comprovativos das despesas, até ao montante máximo de 3.500€ por habitação, nos termos do disposto na alínea j) da Cláusula 5º;
- c) Acompanhar, monitorizar e avaliar a Implementação e o desenvolvimento do PCHI.
- e) Financiar as intervenções nas habitações dos idosos, nos termos previstos no presente protocolo, com um montante máximo global de xxx€, durante a vigência do mesmo.

Cláusula 5º

(Obrigações de Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Abrir um período de candidaturas, por um período de 30 dias;
- b) Apolar a pessoa idosa, ou o seu representante legal, na instrução da candidatura;
- c) Emitir parecer, após visita domiciliária a realizar com o Primeiro Outorgante, sobre a necessidade de obras no edificado e ou aquisição de equipamentos, em articulação com a Junta de Freguesia da área de residência da pessoa idosa, e identificar o equipamento necessário;
- d) Elaborar o Plano de Obras, após aceitação da candidatura;
- e) Executar e acompanhar o processo de aquisição de materiais e equipamento, segundo as regras legais aplicáveis à realização de despesas públicas nos termos da respectiva legislação específica;
- f) Estabelecer, caso se revele adequado, parceria com a Junta de Freguesia da área da residência da pessoa idosa, no processo de aquisição de materiais e ou equipamentos, bem como na execução da obra;
- g) Fornecer a maquinaria e a mão-de-obra para a realização das obras de recuperação e de melhoramentos na habitação;
- h) Realizar e acompanhar as obras de recuperação e de melhoramentos ao nível do edificado;
- i) Apresentar ao ISS, I.P. um Relatório Técnico e um Relatório Financeiro, sobre a execução de cada obra efectuada, que anexe o plano de obra, o cronograma, previsão de custos e documentos comprovativos de despesas, para que possa ser efectuada a transferência do montante correspondente;

Handwritten signature

j) Os documentos comprovativos de despesas, previstos na alínea anterior, correspondem às facturas e respectivos documentos de quitação, sendo considerados elegíveis apenas nos casos em que haja referência expressa ao beneficiário final do apoio, designadamente através dos seguintes dados de Identificação: nome e número de identificação da segurança social ou número do cartão de pensionista da segurança social.

Cláusula 6º
(Sinalização das Necessidades)

- a) Pelo Município de
- b) Pela Junta de Freguesia da área de residência;
- c) Pelo Centro Distrital de Segurança Social de
- d) Por Instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, prestadoras do serviço de apoio domiciliário.

Cláusula 7º
(Acolhimento temporário da pessoa idosa)

No caso de ser necessária a saída da pessoa idosa da sua habitação enquanto decorrem as obras, os outorgantes devem encontrar, em conjunto com a pessoa idosa, uma alternativa transitória à residência.

Cláusula 8
(Cessação do Protocolo)

O presente protocolo cessa por:

- a) Mútuo acordo dos outorgantes;
- b) Caducidade, por impossibilidade do objecto do protocolo;
- c) Denúncia por qualquer dos outorgantes com antecedência mínima de 60 dias, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência do protocolo.

Cláusula 9º
(Vigência)

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura sendo válido por 12 meses, renovável por igual período se houver acordo dos outorgantes.”

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou quando é que o protocolo vai ser assinado.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Já foi ontem no Governo Civil.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: quem é que propõe estas intervenções.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Está aí escrito, podem ser propostos pela Câmara Municipal,, pelas Juntas de Freguesia, pelos Centros Sociais e Paroquiais, tem que se abrir as candidaturas durante 30 dias nos órgãos de comunicação social para qualquer cidadão em termos individuais possa concorrer. Outra questão é quem selecciona os candidatos, vai ao conselho local de acção social mas é uma visita técnica entre a Assistente Social da Segurança Social que financia o programa e a Assistente Social da Câmara, tem que ir em conjunto e fazer um relatório, temos que obedecer a essas questões

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Este protocolo é uma boa oportunidade para atrair alguns fundos para o concelho e só espero que sejam aproveitados.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar o protocolo anteriormente transcrito;**
- 2 – Ratificar a assinatura do mesmo pelo Senhor Presidente do Município.**

07 - Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana – Contratação de Empréstimo Bancário a Longo Prazo - Associação Municípios da Terra Quente Transmontana.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 3135 de 04/04/2007 com o seguinte teor:

“Exmo. Sr. Presidente,

No âmbito da aprovação do projecto co-financiado pelo FEDER – “Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana” apresentado por esta Associação de Municípios ao Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, e na sequência dos procedimentos necessários à aprovação e contratação de um empréstimo a longo prazo, no valor de 3.100.000 Euros para execução do investimento, valor este a imputar aos municípios associados, solicito a V. Exa. que, nos termos do artigo 64º. N.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, promova o agendamento deste assunto à reunião da Câmara Municipal com vista a que esta delibere no sentido de submeter o assunto à Assembleia Municipal.

Mais informo que a documentação que instrui este assunto, será remetida a V. Exa. no próximo dia 13 de Abril de 2007. Sem outro assunto de momento, apresento a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:

- 1 – Aprovar o projecto co-financiado pelo FEDER – “Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana”;**
- 2 – Aprovar a contratação de um empréstimo a longo prazo no valor total de 3.100.000€ (três milhões e cem mil euros) para execução do investimento, nas condições e valores a imputar aos municípios associados;**
- 3 – Submeter esta deliberação à Assembleia Municipal.**

Handwritten signature

08 - Conhecimento de Despachos.
08/01 – D.U.A. – Seccção de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 04 de Abril, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 05/07

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Março e 4 de Abril de 2007, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Auto de Embargo

Despacho de 28/02/2007 – Armando Augusto Teixeira – Cobertura de um armazém, sem que para o efeito possuísse licença passada por esta Câmara Municipal, sito, na localidade de Fonte da Urze;
Despacho de 27/03/2007 – José Augusto Eleutério – Reconstrução e ampliação de uma moradia, sem que para o efeito possuísse autorização/licença passada por esta Câmara Municipal sito na localidade de Vale da Sancha;
Despacho de 28/03/2007 – Fernanda de Jesus Gomes Roque – Construção de um armazém em desacordo com o processo de obras nº 76/06 e licença/alvará nº 194/06, sito na localidade de Lamas de Orelhão.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 05/07

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Março e 4 de Abril de 2007, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Pedidos de Informação Previa Deferidos

Maria de Lurdes Teixeira Tavares da Silva – Pedido de viabilidade para construção de uma moradia – Chelas – Deferido em 02/04/2007.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 07/07

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Março e 4 de Abril de 2007 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Autorizações de Utilização Deferidas

2/07 – Arnaldo João Magalhães António – Estabelecimento de produtos alimentares – Rua da República, lote nº 8, Mirandela;
4/07 – Manuel Filipe do Vale Araújo e Maria José Palas Pimpão – Estabelecimento de bebidas – Avenida 25 de Abril, Edifício Cruzeiro, lote nº 17/18, Mirandela;
44/07 – João Manuel Colmeais – Habitação – Loteamento Vale da Azenha, lote nº 27, Mirandela;
45/07 – Fernando Monteiro Bento – Habitação – Loteamento do Cruzeiro, lote nº 31, Mirandela;
46/07 – Fernando Augusto Caldeiras Coelho – Habitação – Loteamento de São Sebastião, lote nº 10, Mirandela.

Autorizações de Utilização Indeferidas

1/07 – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana – Armazém de produtos alimentares (queijos) - Zona Industrial Norte, lote nº 51, Mirandela;
5/07 – Pedro Maximino Afonso Pires – Estabelecimento de bebidas – Rua Vale da Cerdeira, Golfeiras;
41/07 – António José Vilarinho Hermeiro – Habitação – Contins.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 07/07

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Março e 4 de Abril de 2007, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares – Autorizações Deferidas

49/07 – Francisco José São Pedro Preto – Construção de uma vedação – Loteamento Quinta das Heras, 2ª fase, lote nº 1, Mirandela;
53/07 – Manuel Joaquim Lobão – Alteração e ampliação de uma moradia – Vale de Telhas.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 07/07

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Março e 4 de Abril de 2007, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares – Licenciamentos Deferidos

251/06 – Maria Adelaide Guedes e outros – Legalização de uma moradia – São Pedro Velho;
44/07 – Pedro Miguel Meireles Morais – Construção de um muro – Lameiro Grande, Contins;
47/07 – José Fernando Meireles – Colocação de uma vedação – Chelas;
56/07 – Jorge do Nascimento Torres – Construção de um armazém agrícola – Mascarenhas.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

08/02 – D.A.G.F. – Secção de Taxas e Licenças.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 04 de Abril, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

Informação N.º 26 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças de Ocupação de Via Pública**, durante o mês de **Março/2007**.

Titular	Área Ocupada	Local
Maria F. M. Morais – Café “Nova Petisqueira”	3m ² esplanada	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 27 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram emitidas e renovadas as seguintes **Licenças de condução de Ciclomotores e de Veículos Agrícolas** durante o mês de **Março/2007**.

Concessões

Nome	Residência	Categoria
Ruben Manuel Teixeira Contins	Suçães	Veículos Agrícolas

Renovações

Nome	Residência	Categoria
Valentim da Purificação Martins	Passos	Ciclomotor
Adérito José Martins	Mirandela	Ciclomotor
João Manuel Barreiras	Suçães	Ciclomotor
Francisco António Magalhães	Frechas	Veículos Agrícolas
Albino Gomes Martins	Passos	Veículos Agrícolas
Altino dos Ramos Ferreira	Cachão	Ciclomotor

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 28 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram autorizados os seguintes **averbamentos de licença de táxi**, durante o mês de **Março**:

Licença N.º	Titular	Residência
02	Táxis Auto-Tuela Lda.	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

*pad
Lina*

Informação N.º 29 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram **concedidos terrenos para sepultura perpetua durante** o mês de Março.

Nome	Residência	Cemitério
António José Esteves e Irmãos	Mirandela	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 30 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro**, durante o mês de Março.

Licenças de Exploração de Máquinas de Diversão

Nome do Proprietário	Estabelecimento	Localidade
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
Firma F. B. Diversões Lda.	Café do Choupal	Torre Dona Chama
Firma F. B. Diversões Lda.	Bar Sol da Noite	Torre Dona Chama
Firma F. B. Diversões Lda.	Bar Sol da Noite	Torre Dona Chama

Festividades, Ruído e Outros Divertimentos

Organização	Localidade	Tipo de Licença
Associação Eduardo Canavez Acra EC	Vale de Juncal	Festividade
Associação Eduardo Canavez Acra EC	Vale de Juncal	Ruído

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 31 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram emitidos e renovados os seguintes cartões para o **exercício da actividade de feirante** durante o mês de Março.

Concessões

Nome	Artigos	Residência
Rodrigo Manuel Teixeira Ribeiro	Malhas e Confeccções	Amarante

Renovações

Nome	Artigos	Residência
Amândio Rodrigues Vergueira	Ferragens	Rio Torto – Valpaços
Augusto Ribeiro Barbosa	Têxteis e Vestuário	Lilela – Valpaços
Aurora Fernandes da Silva	Malhas e Confeccções	Mirandela
Fernando Luís de Almeida Dias	Têxteis e Vestuário	Macedo de Cavaleiros
Francisco Nogueira	Têxteis e Vestuário	Fafe
Louças Orelhão Utilidades, Lda.	Louças/Vidros/ Outros	Lamas de Orelhão

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 32 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram emitidos e renovados os seguintes cartões para o exercício da actividade de **Vendedor Ambulante** durante o mês de Março.

Handwritten signature/initials

Concessões

Nome	Artigos	Residência
Maria Beatriz Costa Reis	Produtos Alimentares	Trindade – Vila Flor
Rafael Osório Graciano Tavares	Pão	Carvalhais - Mirandela

Renovações

Nome	Artigos	Residência
Ambrósio Monteiro Morais	Frutas/Produtos Agrícolas	Vilares da Vilarça
Belchior Pereira dos Santos	Têxteis e Vestuário	Grijó - Macedo

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 33 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram emitidos e renovados os seguintes **Cartões de Ocupante do Mercado Municipal** durante o mês de Março.

Renovações

Nome	Artigos	Residência
Fátima de Lurdes Teixeira	Queijo	Fonte da Urze
José António Ganhão	Fruta e Hortaliça	Santa Comba da Vilarça
Luísa Maria Vaz	Queijo	Valverde
Maria da Conceição Beça	Fruta e Hortaliça	Passos

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 34 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos os seguintes **horários de Funcionamento** durante o mês de Março.

Nome	Tipo de Estabelecimento	Localidade
Humberto José Taveira	Bebidas	Mirandela
Sérgio Manuel Ferreira Dias	Móveis e Decoração	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 35 / STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças de recinto, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16 de Dezembro**, durante o mês de Março:

Organização	Localidade	Tipo de Licença
Alexandra Isabel Sanots Carvalho	Mirandela	Recinto Improvisado
Alexandra Isabel Sanots Carvalho	Mirandela	Ruído
Cátia Cristina Morais Fernandes	Torre Dona Chama	Recinto Improvisado
Cátia Cristina Morais Fernandes	Torre Dona Chama	Ruído
Cátia Cristina Morais Fernandes	Torre Dona Chama	Recinto Improvisado
Cátia Cristina Morais Fernandes	Torre Dona Chama	Ruído
Cátia Cristina Morais Fernandes	Torre Dona Chama	Recinto Improvisado
Cátia Cristina Morais Fernandes	Torre Dona Chama	Ruído

A Câmara Municipal tomou conhecimento.**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS****09 - Contabilidade – Tesouraria – Balancete.**

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 10 de Abril de 2007 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	121.197,51€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	881.880,46€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.003.077,97€
DOCUMENTOS-----	3.308,84€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

10 - Secção de Aprovisionamento
Autorizações de Despesa – Requisições.

----- Foi presente a informação n.º 08/S.A./07 de 19/03/2007 da Secção de Aprovisionamento:

Para conhecimento da Câmara Municipal e em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal e de acordo com o Despacho do Senhor Presidente, ambos de 26 de Outubro de 2005, informa-se que foram autorizadas por competência delegada, as requisições n.º 993, 997, 1003, 1006 a 1019, 1042 a 1044, 1048 a 1092, 1096 a 1112, 1113, 1114, 1115, 1119 a 1123, 1125, 1127 a 1129, 1131, 1136, 1137, 1138, 1151 e 1152 no montante de 153.700,00€ referentes ao período de 23 de Março a 05 de Abril de 2007, pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores a Tempo Inteiro, nos montantes a seguir mencionados:

Senhor Presidente -----	3.914,65€
António José Pires Almor Branco -----	95.582,45€
Maria Gentil Pontes Vaz -----	5.042,00€
José Assunção Lopes Maçaira -----	49.160,90€
As requisições de valor inferior a 200,00€ -----	3.606,34€
As requisições de valor superior a 200,00€ -----	150.093,66€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

11 – Secção de Contabilidade – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 08/2007 de que a seguir se transcreve:

Para cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005, informo o Executivo de que, no período de 28 de Março a 10 de Abril de 2007, foram efectuadas as seguintes:

Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento:

Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas no valor total de	507.220,73€
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria no valor global de	588,00€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

12 – Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Este ponto deve ser novamente retirado da agenda. Para que o assunto seja deliberado com toda a transparência deve vir a esta reunião além da acta da Comissão de Análise, também o parecer e a proposta da Câmara para alterar a deliberação anteriormente aprovada.

Reconheço humildemente que na anterior reunião não estava a perceber muito bem as reticências dos Senhores Vereadores da oposição, porque pensei que os documentos fornecidos eram transparentes e completos e tal não aconteceu.

Assim, a Câmara Municipal abriu um inquérito para verificar tudo o que se passou e quem tem a responsabilidade de tal desfasamento, para depois tirar conclusões. Para isso foi nomeado um instrutor do processo, externo à Câmara Municipal, o Dr. Paulo Praça, para que não fiquem dúvidas sobre a isenção dos procedimentos.

Também o Senhor Consultor Jurídico ainda não entregou o parecer à Câmara para fornecer aos Senhores Vereadores e assim esclarecerem todas as dúvidas.

Só depois destes procedimentos e suas fundamentações é que o assunto virá à Câmara para ser deliberado.

Assim o assunto foi retirado.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Luís Mário Vieira Maia, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 10 horas e 15 minutos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


 DR. JOSÉ MARIA LOPES SILVANO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 GERAL E FINANÇAS


 DR. LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA